

Centro: Jurídicas

Curso: Direito

Título: AS REGRAS QUE REGULAMENTAM AS DOAÇÕES DE ALIMENTOS NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM TERMOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL.

Autores: Cabido, L.R. Pazó, C. G.

Email: crispazo@uol.com.br

IES: FESV

Palavra Chave: Doação De Alimentos Responsabilidade Direito Fudamental Alimentação

Resumo:

Propõe o presente estudo apresentar a atual forma de aplicação da responsabilidade civil nas doações de alimentos e elaborar um estatuto regulamentador sobre o tema. Haja vista que, no cenário atual brasileiro alastrado pela fome e pela insegurança alimentar, a efetivação do direito fundamental à alimentação manifesta-se dificultado devido à inexistência de legislação específica sobre o tema e à imputação de responsabilidade civil objetiva quando comprovados danos ao donatário decorrentes da ingestão de alimentos doados. Para isso, a proposta apresentará, em seu capítulo inicial, o direito à alimentação como um direito humano e fundamental assegurado, inicialmente, em âmbito internacional e, posteriormente, na Constituição Federal de 1988. Como tema correlato, será abordado sobre a segurança alimentar e nutricional. Os capítulos subsequentes discorrerão acerca da doação de alimentos como uma modalidade contratual, do instituto da responsabilidade civil tendo em vista o Código de Proteção e Defesa do Consumidor que enaltece a aplicação da responsabilidade civil objetiva, além, de possibilitar a aplicação da responsabilidade solidária em situações que haja mais de um doador. Nesse ponto, será ressaltada a equiparação, doutrinariamente realizada, que considera o doador equiparado a um fornecedor. Ademais, importa conhecer as instituições voluntárias que desenvolvem projetos de lei sobre a temática e as instituições voluntárias que desenvolvem projetos de efetivação da doação de alimentos, com ênfase aos que atuam na grande vitória. Portanto, para fins de alcançar tais finalidades será adotado como método de abordagem o hipotético-dedutivo. Por último, a pesquisa evidenciará a inviabilidade e a incoerência da aplicação da responsabilidade civil objetiva nas doações de alimentos, baseada na equiparação feita por intermédio do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, o que, somado à inexistência de legislação específica sobre a abordagem, inibe as doações de alimentos.